

“MEDIADORES NEM TÃO INVISÍVEIS ASSIM”: UMA ANÁLISE DA CARREIRA DE ÁRBITROS DE FUTEBOL DA CIDADE DE CORUMBÁ-MS

Mateus Ricardo Cáceres Moreno*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

zinhomateus@hotmail.com

Everton de Albuquerque Cavalcanti*

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

profevertoncavalcanti@gmail.com

Envio original: 02-03-2021. Revisões requeridas: 02-04-2021. Aceitar: 10-05-2021. Publicado: 21-05-2021.

Resumo

O objetivo dessa pesquisa é analisar e discutir as dificuldades dos árbitros da cidade de Corumbá-MS em fazer parte e se manter no quadro da FFMS (Federação de futebol de Mato Grosso do Sul). Pautou-se metodologicamente pela história oral que trata da narrativa de sujeitos que se expressam a partir de suas experiências vividas. Notou-se que a invisibilidade do futebol Sul-mato-grossense no cenário nacional, a desvalorização dos árbitros do interior, a estrutura e a insegurança dos estádios foram algumas das dificuldades elencadas pelos entrevistados. Além disso, o amadorismo do ofício evidencia que a necessidade de ter um emprego formal que propicie segurança financeira prejudica a dedicação as funções da arbitragem.

Palavras-chave: arbitragem, narrativa, história oral.

“Mediadores ni tan invisibles”: un análisis de la carrera de árbitro de fútbol en la ciudad de Corumbá-MS

Resumen

El objetivo de esta investigación es analizar y discutir las dificultades de los árbitros de la ciudad de Corumbá-MS para formar parte y mantenerse en el marco de la FFMS (Federación de Fútbol de Mato Grosso do Sul). Se guió metodológicamente por la historia oral que trata de la narrativa de sujetos que se expresan a partir de sus vivencias. Se señaló que la invisibilidad del fútbol Sul-Mato Grosso en el escenario nacional, la devaluación de los árbitros del interior, la estructura y la inseguridad de los estadios fueron algunas de las dificultades señaladas por los entrevistados. Además, el amateurismo de la profesión muestra que la necesidad de tener un trabajo formal que brinde seguridad financiera dificulta la dedicación a las funciones de arbitraje.

Palabras clave: arbitraje, narrativa, historia oral.

“Mediators not even invisible”: na analysis of the football referee career of the city of Corumbá-MS

Abstract

The objective of this research is to analyze and discuss the difficulties of the referees of the city of Corumbá-MS in being part of and staying within the framework of the FFMS (Football Federation of Mato Grosso do Sul). It was guided methodologically by the oral history that deals with the narrative of subjects who express themselves from their lived experiences. It was noted that the invisibility of Sul-

Mato Grosso football in the national scene, the devaluation of the referees from the interior, the structure and the insecurity of the stadiums were some of the difficulties listed by the interviewees. In addition, the amateurism of the profession shows that the need to have a formal job that provides financial security hinders the dedication to the functions of arbitration.

Keywords: arbitration, narrative, oral history.

Introdução

O árbitro é um agente fundamental no futebol, sem ele a partida não se realiza, já que é quem faz cumprir as regras e oficializa os resultados. Contudo, o amadorismo e as dificuldades da profissão demonstram a falta de valorização da função (Pereira; Aladashvile; Silva, 2006; Silva et al, 2002).

Com o amadorismo da arbitragem, sua preparação física, técnica, tática e psicológica não condizem com a responsabilidade atribuída em suas funções. Além de estarem sujeitos a julgamentos, xingamentos e críticas relacionadas às suas condutas éticas e profissionais (Nunes; Shigunov, 2002).

A falta de estrutura e de segurança de alguns estádios, o desconhecimento das regras pelos jogadores, a desonestidade de dirigentes e o despreparo de árbitros, são alguns dos fatores que complicam a condução de uma partida. Ademais, a própria escolha da equipe de arbitragem causa controvérsia antes, durante e após o jogo, dificultando ainda mais as ações de regulação da disputa, caracterizando essa figura como polêmica e tornando a categoria um elemento sensível no contexto do futebol (Barros, 1990; Sarmento et al, 2015; Righeto, Reis, 2017).

Especificamente no Mato Grosso do Sul, o futebol passa por uma crise estrutural e organizacional, visto que o estado perdeu uma das duas vagas na Copa do Brasil para o Espírito Santo, determinada pelo desempenho sul-mato-grossense no ranking da CBF (Confederação Brasileira de Futebol). Na última série D do Campeonato Brasileiro, contou apenas com o Águia Negra na fase de grupos, já que o Aquidauanense fora eliminado em fase eliminatória anterior. Sendo assim, a grande maioria dos clubes jogam apenas o Campeonato Estadual que conta com duas divisões, o que de certa maneira também reflete nas oportunidades de ascensão dos árbitros locais ao quadro nacional. Isso pode ser observado no quadro de árbitros da CBF, onde dos 271 árbitros e 357 assistentes constantes no quadro, apenas 6 árbitros e 10 assistentes são da FFMS (Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul), que conta com 38 árbitros e 51 assistentes no seu quadro (Disponível em: <https://www.cbf.com.br/> <http://www.futebolms.com.br/> Acesso em: 30/04/2021).

Assim, através dessa pesquisa espera-se contribuir para a literatura referente aos estudos sobre arbitragem no futebol, bem como colaborar para com o desenvolvimento da função nos diferentes níveis de atuação. A partir disso, elaborou-se a seguinte questão problema: quais as dificuldades enfrentadas por árbitros de Corumbá-MS que estão no quadro da Federação Sul-mato-grossense de futebol?

O objetivo geral é analisar e discutir as dificuldades dos árbitros da cidade de Corumbá-MS em fazer parte e se manter no quadro da FFMS (Federação de futebol de Mato Grosso do Sul) atualmente. Como objetivos específicos elencou-se: a) compreender as dificuldades de ser árbitro em uma cidade do interior; b) discutir a profissionalização da arbitragem; c) analisar a preparação para realização dos testes da FFMS; e d) entender as condições de trabalho – transporte, hospedagem, alimentação – e de preparo – físico e concentração – dos árbitros nos jogos em que são escalados.

Pautou-se metodologicamente pela história oral que trata da narrativa de sujeitos que se expressam a partir de suas experiências vividas. Através da oralidade, podemos entender a história por um viés que outras fontes não poderiam explicar (Alberti, 2005).

A história oral se insere no entrecruzamento de subjetividades. São as compreensões do pesquisador e do entrevistado, a interferência cultural experimentada por ambos, as memórias do narrador e as questões do entrevistador, as dúvidas em falar sobre determinado assunto e os incentivos de quem quer ouvir. Logo, a história oral trata das intervenções de quem dela participa, não levando em consideração apenas a enunciação e a receptação de discursos, mas estabelecendo uma relação humana que a efetive (PATAI, 2010).

Assim, realizou-se entrevistas com 3 árbitros naturais ou residentes na cidade de Corumbá-MS¹, com idade entre 24 e 37 anos e que fazem parte da Federação Sul-mato-grossense de futebol. As entrevistas foram realizadas individualmente, de acordo com a disponibilidade dos participantes e em local indicado por eles. Preparamos um roteiro semiestruturado e acrescentamos novas perguntas conforme os assuntos eram tratados nas entrevistas. Decidiu-se manter o sigilo na identificação dos entrevistados por motivos éticos na abordagem de assuntos polêmicos. Na passagem do oral para o escrito, optou-se pela transcrição, eliminando vícios de linguagem, mas assegurando a originalidade do discurso (Alberti, 2003).

Dificuldades dos árbitros do interior

Segundo Nunes e Shigunov (2002) e Da Costa et al (2010) pelo fato de os árbitros de futebol serem amadores no Brasil, passam por uma série de dificuldades e necessitam de uma preparação psicológica, física, técnica e tática. Esses percalços tendem a aumentar quando os árbitros são do interior, haja vista não terem a mesma visibilidade e consequentemente, as mesmas condições de preparação que possuem os árbitros de uma capital. É o que explica um dos participantes no trecho abaixo:

¹ Inicialmente, a ideia era trabalhar com todos os árbitros federados de Corumbá-MS, mas como um deles não respondeu ao convite, fechamos o estudo com apenas três.

As dificuldades que a gente encontra é que existe um certo corporativismo em relação ao pessoal da capital com o pessoal do interior. Há uma certa discriminação no meu ponto de vista, pois desde o ano de 2011 a gente não vê árbitros do interior despontando em cenário nacional e nem mesmo em cenário estadual. Essa é a maior dificuldade que eu consigo observar (Árbitro 1, 2020).

Acrescenta-se a pouca visibilidade do futebol Sul-mato-grossense no cenário nacional, a desvalorização dos árbitros do interior no próprio campeonato estadual denota as dificuldades desses indivíduos na perspectiva de construir uma carreira representativa nesse meio.

Percebe-se que ser um árbitro de destaque não depende apenas da qualidade técnica do indivíduo no entendimento das regras e na condução do jogo, mas é preciso chance de inserção nesse meio. Essa distância entre ser do interior e ser da capital, causa uma desproporção prejudicial na carreira desses indivíduos, que compactuam com a desigualdade de oportunidades na sociedade (Hasenbalg; Silva, 1992).

Com base em Portelli (2010) comprehende-se que a subjetividade do entrevistado encaminha suas percepções acerca do problema. Ademais, entende-se que sem uma política de observação e oportunização por parte das Federações, os árbitros do interior do Brasil podem acabar caindo no esquecimento e consequentemente, os mais capacitados perderão a oportunidade de projeção no cenário nacional. Realidade que podemos observar no discurso a seguir:

Pelo fato do estado de Mato Grosso do Sul não ter um time tanto na série A como na B, dificulta um pouco para nós árbitros. Mesmo assim, creio que a arbitragem daqui do estado de Mato Grosso do Sul ainda seja melhor que o futebol (Árbitro 2, 2020).

Se já é complicado uma escala no quadro nacional para os árbitros de Campo Grande, justamente pelo fato de o estado ter pouca visibilidade, se torna ainda mais difícil para os árbitros do interior aspirarem chegar a CBF. Assim, entende-se que são necessárias políticas que organizem o futebol estadual, oportunizando melhores condições de trabalho para os clubes, imprensa e para a arbitragem de Mato Grosso do Sul, gerando assim, maiores possibilidades de inserção nas principais divisões do futebol brasileiro.

Como afirmam Aidar, Leoncini & De Oliveira (2000) a visibilidade é consequência de um trabalho organizado e bem definido pelas Federações, perspectivando o desenvolvimento do futebol pelo interior do estado. Entretanto, a administração amadora das entidades representativas do futebol no Mato Grosso do Sul, impedem uma transformação das condições de trabalho nesse meio.

Ademais, comprehende-se com base em Candau (2014) de que a posição do indivíduo no tempo e espaço, nesse caso, um árbitro localizado em um centro periférico do futebol brasileiro, conduz a

análise da realidade de uma forma específica. Isso demonstra como a história oral é singular no processo de compreensão do tema, favorecendo o entendimento de particularidades que influenciam na reflexão da estrutura.

Assim, dentre as maiores dificuldades dos árbitros do interior destaca-se a falta de estrutura dos campeonatos, tanto profissionais, quanto amadores, que não oferecem segurança suficiente para a arbitragem exercer suas funções sem receio, além da falta de condições dos sindicatos da área na preparação desses indivíduos para o trabalho. É o que se observa na narrativa a seguir: “A maior dificuldade de um árbitro na atualidade é trabalhar nesses campos abertos sem segurança, sem nada, têm que enfrentar de cabeça erguida os atletas que são tudo doido” (Árbitro 3, 2020).

Quanto a violência que cerca a arbitragem pela visão controversa de outros agentes do contexto do futebol, entende-se que essa não é somente física, mas principalmente simbólica, já que do lado dos jogadores e das comissões técnicas existe uma pressão verbalizada constantemente acerca das decisões do árbitro (Righeto; Reis, 2017).

Desse modo, concorda-se com Claussen (2006) de que a organização da arbitragem no futebol deve estar atrelada ao processo de oportunização de condições de trabalho e isso está diretamente associado a ideia de profissionalização dos árbitros, temática que diz respeito ao nosso próximo capítulo.

Profissionalização da arbitragem no futebol

Simon (2004) aponta que os árbitros buscam o seu espaço dentro do futebol por meio da profissionalização. Essa dificuldade cria uma via de mão dupla na vida desses indivíduos que tem de conciliar o trabalho formal com a arbitragem. Percebe-se essa realidade na afirmação a seguir:

A maior dificuldade para mim como árbitro é a falta da profissionalização, digo, existe a profissionalização no papel, porém na prática ela não é executada. A maior dificuldade também é manter o preparo físico, conhecimento técnico para você estar trabalhando nas atividades. Você está trabalhando na sua escola, no caso sou professor e no final do dia você tem que estar aí correndo no campo ou então tendo que viajar para outra cidade. No outro dia tendo que ir para o seu emprego formal. Então as maiores dificuldades são essas. Primeiro a profissionalização da categoria e em segundo essa vida dupla, em que você não tem respaldo nenhum dentro da arbitragem. (Árbitro 1, 2020).

Entende-se que a profissionalização favoreceria a preparação dos árbitros, visto que estes também precisam estar condicionados como atletas de alto nível. Além disso, quando escalados em partidas de meio de semana, em que necessitam deslocar-se para outras cidades, não precisariam dividir a atenção com atividades profissionais em paralelo, fato que prejudica o desempenho em campo.

A partir de Claussen (2006) entende-se que a profissionalização consolidaria a função de árbitro de acordo com a responsabilidade já atribuída a área, propiciando condições para o desenvolvimento do futebol como um produto rentável a indústria cultural de entretenimento. Além disso, concordamos com Hidalgo e Santos Júnior (2021) de que a constituição das funções da arbitragem como emprego formal diminuiria a quantidade de indivíduos na dupla jornada de trabalho, contribuindo para sua subsistência.

De acordo com Thompson (1992) percebe-se que as condições de produção do discurso influenciam na narrativa, visto que a história do entrevistado incide em suas experiências no tempo presente, esclarecendo através de suas reações os prejuízos da dupla jornada de trabalho. O entrevistado destaca ainda que a profissionalização propiciaria uma preparação voltada exclusivamente para as funções do árbitro, minimizando a quantidade de erros e apresentando uma melhor qualidade nas atuações (João, 2020).

Como afirmam Brandão & Casal (2003) com mais tempo para se prepararem e concentrarem para os jogos, os árbitros estariam melhor preparados para acompanhar os lances da partida, gerando menos erro e discussão com relação ao seu desempenho.

Segundo Carneiro e Andrade (2011) a profissionalização propiciaria uma segurança financeira, além de resguardar acerca dos direitos trabalhistas. Sem garantias de escala ou outro emprego formal, alguns árbitros passam por dificuldades financeiras, como percebe-se na narrativa a seguir: “Para o Brasil seria uma boa a profissionalização e ajudaria muita gente que não tem nada, não tem trabalho, pessoal que trabalha na arbitragem” (Árbitro 2, 2020).

Além do salário, a profissionalização da arbitragem propiciaria benefícios que trabalhadores de outras profissões possuem, tais como: plano de saúde, 13º salário, férias e FGTS. Isso evitaria os problemas que acontecem com os custos e os pagamentos recebidos pelos árbitros que atuam nos jogos do campeonato estadual do Mato Grosso do Sul, como percebe-se no discurso que segue: “Não recebemos auxílio antes das partidas para viagem. Recebemos após os jogos” (Árbitro 2, 2020).

Isso implica em um prejuízo financeiro, mesmo que momentâneo, para os árbitros que não tem condições de bancar os custos de uma viagem, e que consequentemente, não terão condições de atuar fora da cidade de origem. Portanto, concorda-se com Carneiro e Andrade (2011) de que o trabalho autônomo nessa área isenta as entidades de dar suporte às necessidades da arbitragem, tais como: uma preparação adequada, custeamento de viagens e estadia, além do tratamento de lesões.

Nessa celeuma, os sindicatos fazem o possível para ajudar os árbitros, como observa-se na declaração a seguir: “Sim. A gente conta com alguma ajuda quando é sindicalizado. A gente conta com ajuda do sindicato e quando não se tem ajuda, a gente acaba arcando com o dinheiro do próprio bolso” (Árbitro 3, 2020).

Contudo, os árbitros sindicalizados do interior de Mato Grosso do Sul pagam uma taxa mensal para compra de equipamentos (bandeiras eletrônicas, apitos, uniformes etc.) que melhorem as condições de trabalho de todos. Do contrário, cada árbitro arca com os custos de seus próprios materiais. Com base em Simon (2004) entende-se que no cenário de profissionalização da gestão do futebol, a consolidação da arbitragem é essencial para o desenvolvimento da modalidade.

Ademais, comprehende-se que a profissionalização da arbitragem permitirá maior organização e controle da qualidade do trabalho da categoria, colaborando para o aprimoramento da preparação de árbitros do interior, tema do nosso próximo capítulo.

Preparação dos árbitros do interior

Castagna, Abt & D'ottavio (2007) expressam que por conta da preparação dos árbitros não fazer parte da economia do futebol, nos últimos anos acabou sendo negligenciada e deixada de lado. Silva (2005) diz que é essencial para o árbitro de futebol ter uma condição física adequada para que possa acompanhar as jogadas de uma posição privilegiada e diminua a quantidade de erros dentro do campo, visto que um árbitro despreparado fisicamente está suscetível a errar mais. Logo, a preparação física dentro do futebol é ideal não só para os jogadores, como também para os árbitros. Como observa-se na afirmação abaixo:

A gente não recebe nenhum tipo de ajuda, nenhum tipo de investimento. A preparação é solitária, é individual. Algumas vezes nos reunimos em grupos para fazer alguns testes, algumas simulações, mas parte financeira, parte de patrocínio, nós árbitros não recebemos de ninguém (Árbitro 1, 2020).

A partir de Correa et al (2002) comprehende-se que a preparação da arbitragem segue a linha do rendimento esportivo, já que, assim como os jogadores, os árbitros também são atletas de alto nível, necessitando de uma equipe que cuide de sua saúde. Entretanto, quando se é aprovado nos testes físicos da federação Sul-mato-grossense, existe apenas uma pré-temporada de treinos específicos, como percebe-se na narrativa a seguir:

Anualmente a gente tem uma pré-temporada que dá cerca de uma semana e meia de aula com teste físico, atualização de regras para ir se adaptando e se atualizando em relação às regras que foram mudadas de um ano para o outro, provas e basicamente isso" (Árbitro 2, 2020).

Os árbitros de Mato Grosso do Sul não recebem ajuda de custo para deslocamento, hospedagem e alimentação quando da realização do teste físico que envolve também a fase de pré-

temporada. Trata-se disso a seguir: “A gente se prepara o ano inteiro para fazer o teste. Não recebe ajuda para ir fazer o teste. É cada um por si, do seu bolso, nem da própria delegacia a gente tem ajuda” (Árbitro 3, 2020).

Assim, concorda-se com Pereira, Santos e Cillo (2007) que destacam a importância de o árbitro de futebol ser profissional, para que tenham o suporte que a categoria exige. A preparação física, os cuidados com a alimentação e o descanso, bem como o custeamento dessa estrutura são fundamentais para o crescimento da modalidade.

De acordo com Comas citado por Gomes (1991) apenas a boa formação poderá diminuir os erros existentes na arbitragem a longo prazo, consequentemente o sucesso desses indivíduos depende de cada federação, que deve oferecer condições de trabalho a fim de qualificar seu quadro de árbitros e integrar o cenário nacional.

Considerações finais

Levando em consideração que o futebol tem sido alvo de pesquisas na área sociocultural, estudar a problemática da arbitragem no estado de Mato Grosso do Sul por meio da história oral, proporcionou o aprofundamento de questões relevantes da área por um viés diferente das fontes documentais.

Além disso, as fontes orais colaboraram no entendimento das dificuldades e perspectivas da arbitragem pelo viés dos próprios árbitros, levando em consideração a subjetividade de cada história, mas que também proporcionou uma reflexão acerca da estrutura dessa classe de trabalhadores autônomos integrantes de um cenário futebolístico periférico.

No que diz respeito aos objetivos dessa pesquisa, notou-se que a pouca visibilidade do futebol Sul-mato-grossense no cenário nacional, a desvalorização dos árbitros do interior, a estrutura e a insegurança dos estádios foram algumas das dificuldades elencadas pelos entrevistados.

Acerca da discussão sobre a profissionalização da área, ficou evidente que a necessidade de ter um emprego formal que propicie segurança financeira, prejudica a dedicação às funções da arbitragem. Além disso, tornar a área uma profissão resguardaria direitos trabalhistas, compensando a responsabilidade atribuída a essa figura no cenário futebolístico.

A partir disso, sabe-se que a preparação da arbitragem é fundamental para o desenvolvimento de suas funções, visto que esses indivíduos são tão exigidos quanto os jogadores. Acredita-se assim que a própria profissionalização esteja vinculada ao desenvolvimento das ações que otimizem a preparação dos árbitros, reduzindo a quantidade de seus erros e qualificando a modalidade.

Referências

- AIDAR, A. C. KFOURI, M. P. L.; OLIVEIRA, J. J. (2000) A nova gestão do futebol. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- ALBERTI, V. (2005). Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- ALBERTI, V. (2003). O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC.
- BARROS, J. M. A. (1990) Futebol: porque foi... porque não é mais. Rio de Janeiro: Sprint.
- CANDAU, J. (2014). Memória e identidade. São Paulo: Contexto.
- CASTAGNA, C. G. A.; D'OTTAVIO, S. (2007) Physiological aspects of soccer refereeing performance and training. Sports medicine. 37.7. 625-646.
- COSTA, V. T. FERREIRA, R. M. PENNA, E. M. COSTA, I. T. NOCE, F. SIMIM, M. A. M. (2010). Análise estresse psíquico em árbitros de futebol. Revista Brasileira de Psicologia do Esporte. V.3. Num. 2. p. 02 – 16.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (1992). Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj.
- HIDALGO, L. A. F.; SANTOS JUNIOR, V. G. (2021). A efetiva profissionalização do árbitro de futebol e seus direitos trabalhistas. Revista Juris UniToledo. Araçatuba. V. 06. Num. 01. p. 205-225.
- HORN, L. G.; REIS, L. N. (2016). A profissionalização da arbitragem e sua influência na imagem dos árbitros: um estudo na ótica de profissionais ligados à gestão do Futebol no Rio Grande do Sul. RBFF-Revista Brasileira de Futsal e Futebol 8.28. 19-28.
- KLIPPEL, V. E. (2013). Ingresso e implicações da formação (Acadêmica) na prática como árbitro de futebol no Estado do Espírito Santo. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos.
- NUNES, R.; SHIGUNOV, V. (2002). Autoestima do árbitro de futebol profissional do estado de Santa Catarina. Revista da Educação Física/UEM. Maringá. Vol. 13. Num. 2. p.71-79.
- OLIVEIRA, M. C., et al. (2013). Nível de concentração e precisão de árbitros de futebol ao longo de uma partida. Motricidade 9.2. 13-22.
- PATAI, D. (2010). História oral, feminismo e política. São Paulo: Letra e Voz.
- PEREIRA, A. J.; ALADASHVILE, G. A.; SILVA, A. I. (2006) Causas que levam alguns árbitros a desistirem da carreira de árbitro profissional. Revista da Educação Física/UEM. Maringá. Vol. 17. Num. 2. p.185-192.
- PEREIRA, N. F. SANTOS, R. G. M.; CILLO, E. N. P. (2007). Arbitragem no futebol de campo: estresse como produto desse controle coercitivo. Revista Brasileira de Psicologia do Esporte 1.1. 01-11.
- PORTELLI, A. (2010). Ensaios de história oral. São Paulo: Letra e Voz.

RIGHETO, C. REIS, H. H. B. (2017) Os árbitros de futebol e a mídia esportiva: a interpretação de árbitros paulistas sobre os comentários da mídia acerca do trabalho da equipe de arbitragem. *Movimento*. V. 23. Num. 1. p. 281-294.

SARMENTO, H. M. MARQUES, A. PEREIRA, A. (2015). Representações, estímulos e constrangimentos do árbitro de futebol de 11. *Motricidade*. Vol. 11. Num. 4. p. 15-25.

SILVA, A. I. RODRIGUEZ-AÑEZ, C. R. FRÓMETA, E. R. (2002). O árbitro de futebol – uma abordagem histórico-crítica. *R. da Educação Física/UEM*. V. 13. Num. 1. p. 39-45.

SIMON, C. E. (2004). Na diagonal do campo. São Leopoldo: Unisinos. p. 126.

THOMPSON, P. (1992) A voz do passado. São Paulo: Paz e terra.